GRÊMIO ESTUDANTIL
ESPAÇO DEMOCRÁTICO NA ESCOLA

CUSTODIA MARIA MARTINS REVEIHU

RESUMO:

Esse trabalho contribui para a reflexão em torno dos princípios democráticos e de como uma gestão educacional pautada em direitos humanos é essencial para a formação integral dos estudantes, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e promovendo a uma formação baseada na equidade, no respeito à equidade, à diversidade e à dignidade humana.

Para tanto é necessário enfatizar a importância da gestão democrática na escola e de como a participação efetiva de toda comunidade escolar na dinâmica educacional contribui para a formação integral dos estudantes.

A democracia é um princípio norteador da vida coletiva e garante a participação como direito, tanto na perspectiva dos direitos humanos quanto na promoção de espaços democráticos. Assim, torna-se importante conhecer os papéis sociais de cada integrante do espaço escolar, bem como seus deveres e responsabilidades para promoção dos objetivos da instituição e sobretudo, participar de todos os processos de decisão para melhoria do espaço físico, das relações humanas, da gestão de recursos e da melhoria da formação integral dos estudantes.

É na escola que se iniciam os sonhos e a esperança por tempos melhores, por transformação social. Assim, o compromisso da escola com seus estudantes deve ir além do método e da didática para apropriação do conhecimento sistêmico.

Nas escolas, o espaço de maior expressão dos estudantes é o grêmio estudantil que visa o fortalecimento e amadurecimento das experiências vividas, a construção de ideais e valores. Em síntese, é o espaço de transformação da realidade e está muito aliado aos ideais de uma formação democrática e cidadã.

A discussão temática ressalta também que não é somente instituir o grêmio. É necessário que toda comunidade escolar cuide, zele, fortaleça o grêmio. Então acompanhamento, orientação e formação tornam-se necessárias.

PALAVRAS-CHAVE: estudantes; grêmio; democracia; direitos humanos

1 - Introdução

A escola pública é uma instituição que tem como missão cuidar, educar, orientar e formar os jovens para o mundo do trabalho e para exercer uma vida cidadã. Isso pressupõe que sejam capazes de compreender que são sujeitos de direito e que contribuam para a transformação social, visando uma sociedade mais justa, mais igualitária.

Há muito tempo já se percebe como a desigualdade afeta de modo cruel os mais vulneráveis que, seja por falta de trabalho e renda; seja por falta de boa formação, tornam-se invisíveis, frágeis, sem forças para se posicionar, para dizer o que pensam, para se organizarem politicamente a fim de conseguir uma representatividade diante do poder público.

É preciso então formar esse cidadão crítico, reflexivo, que saiba como atuar na defesa dos seus direitos e que saiba também cumprir os seus deveres. A escola é um espaço que tem todas as ferramentas para desenvolver essa discussão e promover projetos que coloquem os estudantes no centro do espaço democrático, dando voz aos alunos, promovendo debates, fazendo parcerias com outras instituições, trocando informações, analisando os contextos sociais, políticos e econômicos e acima de tudo, levar o estudante ao autoconhecimento tendo a percepção de “quem sou, onde estou, como vivo e de como posso interferir nessa realidade visando uma vida melhor para a minha comunidade”

O espaço escolar é a primeira abertura para que a criança, o adolescente e o jovem experimentem a democracia, através da constituição do grêmio estudantil. O processo de formação já é um experimento interessante para os estudantes, pois cabe a eles analisar e escolher seus representantes. Durante a gestão, vários projetos podem ser desenvolvidos por toda a comunidade escolar, com a organização do grêmio. É importante que as atividades contemplem todas as dimensões da escola: a pedagógica, a administrativa, a relacional e a cultural. O envolvimento de todos traz uma ideia de pertencimento que gera muitos benefícios como: diminui a violência, a depredação, melhora a convivência e a participação e a aprendizagem dos estudantes.

Assim, a promoção desse espaço nas unidades escolares, é muito necessária para garantir a formação integral dos estudantes que terão ciência das suas responsabilidades nos processos de aprendizagem, com autonomia para tomar decisões, liberdade para expor o que pensa e contribuir para melho-

ria da escola, deixando nela sua contribuição, sua "marca".

2 - Legalização dos grêmios estudantis

A possibilidade de organização e implementação dos grêmios estudantis nas escolas municipais de São Paulo é bastante recente. Trata-se do: DECRETO Nº 58.840, DE 3 DE JULHO DE 2019 que institui o Programa Grêmios Estudantis na Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Trazendo como diretrizes, as informadas no artigo em que segue abaixo a descrição na íntegra.

Art. 2º Constituem diretrizes do Programa ora instituído:

I – Viabilizar a efetiva criação dos grêmios estudantis nos equipamentos da Rede Municipal de Ensino, de acordo com as disposições da Lei Estadual nº 15.667, de 12 de janeiro de 2015, e do Plano Municipal de Educação;

II – Propiciar a criação de espaço de protagonismo juvenil e de aprendizagem, cidadania e compartilhamento de responsabilidades, na perspectiva de uma educação integral, integradora e integrada;

III - consolidar a implementação de política estimuladora da participação dos estudantes no cotidiano da escola, compromissada com as políticas de construção da escola pública, popular, democrática e de qualidade para todos na Cidade de São Paulo;

IV – Ampla divulgação, no ambiente escolar, do procedimento para a criação e organização, bem como da atuação dos grêmios estudantis.

O decreto enfatiza a responsabilidade dos gestores no processo de garantir a representatividade estudantil através da criação do grêmio:

Art. 6º Compete à Secretaria Municipal de Educação, por meio da Coordenadoria dos Centros Educacionais Unificados e da Educação Integral e das Diretorias Regionais de Educação, regulamentar, garantir, dar suporte e fomentar as atividades dos Grêmios

Estudantis, respeitando os princípios da gestão democrática e a autonomia da entidade

Estabelece ainda os critérios para criação, formação, organização e implementação dos grêmios, bem como a sua forma de atuação, sua representatividade e sua autonomia. Esclarece as competências do grêmio estudantil:

Art. 4º Compete ao Grêmio Estudantil:

I - Defender, com responsabilidade e nos limites da legislação vigente, os interesses e a participação efetiva dos estudantes no cotidiano da escola;

II - Dialogar com a equipe gestora, corpo docente, demais funcionários da unidade educacional, Conselho da Escola, Comissão de Mediação de Conflitos e Associação de Pais e Mestres – APM, sempre com vistas a promover o benefício da unidade educacional e da comunidade em que se insere;

III - promover atividades de cunho educacional, cultural, esportivo, cívico e social

3 - ESCOLA E DEMOCRACIA

A democracia, o desenvolvimento e o respeito pelos Direitos do homem e pelas liberdades fundamentais são interdependentes e reforçam-se mutuamente. "

Conferência de Direitos Humanos, Viena, 1993

De acordo com o documento publicado nos fascículos do Projeto Respeitar é

Preciso

"A democracia é um conceito político que se baseia no conjunto de direitos que todos devem ter, o que inclui o compartilhamento do poder, os deveres e as responsabilidades de cada um de acordo com a sua fase na vida e suas funções sociais. Fundamentalmente, democracia significa autogoverno: a crença (por vezes, tida como ideal) de que grupos, associações, sociedades e Estados têm a capacidade de governar a si próprios e resolver seus próprios problemas, de forma coletiva e participativa." (acesso em 15 abril/23)

O conceito de democracia é amplo, pode ser descrito e analisado sob diversos aspectos em todas as esferas sociais. Em síntese, a democracia é pautada por três premissas: O espaço democrático cria, mantém direitos; a democracia assume que o conflito faz parte da vida humana; em um espaço democrático todo o poder é decidido pelo que a maioria deseja.

Mas é importante acrescentar que a democracia "não é um fim em si mesma; é uma poderosa e indispensável ferramenta para a construção contínua da cidadania, da justiça social e da liberdade compartilhada. Ela é a garantia do princípio da igualdade irrestrita entre todas e todos..." (Cortela, 2005, p. 146).

A conexão entre a escola e a democracia se fortaleceu a partir da implantação da gestão escolar democrática, instituída a partir da LDB (Lei n. 9.394/96), as instituições públicas que ofertam a Educação Básica devem ser administradas com base no princípio

da Gestão Democrática. Baseia-se na coordenação de ações e atitudes que permitem a participação de todos os sujeitos da comunidade escolar na tomada de decisões. Assim, professores, gestores, funcionários, pais e alunos estão inseridos na dinâmica escolar e colaboram para melhorar a qualidade do ensino em sua unidade escolar.

Os instrumentos que regularizam essa participação são os órgãos colegiados representados pela APM, Conselho Escolar, Conselho de Classe e Grêmio Estudantil. A participação ativa de todos esses segmentos na rotina escolar favorece as tomadas de decisões mais assertivas, fortalecem os vínculos entre a comunidade com a escola, que se torna um espaço de acolhimento de representação e de promoção de direitos aos estudantes que a frequentam.

Pensar no espaço escolar como um ambiente em que a democracia é exercida em sua plenitude é algo controverso, uma vez que existem estruturas de comando e de poder que controlam espaços e limitam decisões e apresentam entraves, obstáculos, desestimulando assim, a mobilização da comunidade. Nesse sentido, Foucault (2007) que discute as relações de poder, esclarece "existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso sobre o saber. Poder esse que não se encontra somente nas instâncias superiores de censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade" (p. 71). Por isso, a inércia, a passividade diante da estrutura que bloqueia e não estimula o desenvolvimento da participação. Tudo isso é o reflexo de uma cultura opressora que não deve ser reproduzida no espaço escolar. Retomando educador Paulo Freire (1996, p. 26) diz que o "educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão". Diz ainda, que para se aprender criticamente, exige-se a "presença de educadores e educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes" (Ibid, p. 26). Só assim é possível formar sujeitos conscientes, autônomos, que saibam ler as palavras, mas, sobretudo, o mundo ao seu redor. Assim, a gestão das escolas precisa articular-se para formar cidadãos aptos ao questionamento, à problematização, à tomada de decisões, buscando transformação social e soluções para as questões individuais e coletivas para a comunidade atendida.

Experimentar e vivenciar a democracia fortalece a comunidade, liberta mentalidades oprimidas e desperta o desejo de aprender, de conhecer, de estar inserido em todos os espaços, de participar com igualdade de condições em todos os processos de promoção social, tornando constante o desejo de luta, abrindo caminhos para novas conquistas e oportunidades de vida melhor para todos da comunidade.

O território escolar é fértil para a promoção de um espaço democrático tendo em vista que a síntese dos princípios democráticos é percebida e experimentada de forma crítica e reflexiva, ou não, nas unidades escolares, dependendo da atuação dos órgãos colegiados. Ao longo da permanência do estudante na escola ele passa por várias situações que se apresentam de forma desejada ou não e ao se sentir prejudicado poderá requerer seus direitos assegurados enquanto estudante da instituição. Outro aspecto que merece relevância nesse contexto é a convivência com a pluralidade e a diversidade no âmbito escolar que gera situações conflituosas e a escola deve gerenciar e minimizar os conflitos, tendo como norteador de suas ações os direitos constitucionais, assegurados a todos os cidadãos e por fim a escola deve inserir os estudantes nos processos decisórios em que eles podem opinar, fazer escolhas a partir dos seus valores, das suas experiências de vida e dos seus projetos futuros. Nesse caso, abre-se votação e considera-se a vontade da maioria.

O Estatuto da Criança e do Adolescente garante o direito à participação dos alunos. Padilha reafirma que "Eles devem ser ouvidos em todos os assuntos que lhes dizem respeito" (2005, p. 74). É importante ressaltar o grêmio como entidade representativa, e, como tal, ao aluno deve ser garantida a participação no processo de construção do Projeto Político-Pedagógico. Assim, o grêmio deve ser visto como um hábito saudável de reflexão e participação política, favorecendo o amadurecimento dos educandos perante os seus problemas e a experiência democrática.

A partir dessa discussão é aceitável e pertinente a afirmação de que toda escola deve ter um grêmio atuante para trabalhar pelo espaço democrático de direitos na escola.

4 – Formação em direitos humanos

"A Educação em Direitos Humanos tem por escopo principal uma formação ética, crítica e política. A primeira se refere à formação de atitudes orientadas por valores humanizadores, como a dignidade da pessoa, a liberdade, a igualdade, a justiça, a paz, a reciprocidade entre povos e culturas, servindo de parâmetro ético-político para a reflexão dos modos de ser e agir individual, coletivo e institucional. A formação crítica diz respeito ao exercício de juízos reflexivos sobre as relações entre os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos, promovendo práticas institucionais coerentes com os Direitos Humanos. A formação política deve estar pautada numa perspectiva emancipatória e transformadora dos sujeitos de direitos."

Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, Ministério da Educação

O espaço escolar é permeado por níveis de convivência de diversos eixos: professor/aluno; gestão/professor; aluno/gestão gestão/coordenação/professor; aluno/gestão; aluno/inspetores; alunos/gestão; alunos/alunos... Na dinâmica do dia a dia essas relações nem sempre são harmoniosas e necessitam de intervenção para que se estabeleçam de forma ética e respeitando os princípios da dignidade humana, os direitos de igualdade, liberdade e justiça.

Esses impasses geram conflitos que devem ser minimizados e resolvidos com a intervenção de uma comissão de conflitos, formada por representantes de toda a comunidade escolar, incluindo a participação de integrantes do grêmio.

Assim, é importante que haja constante formação dos estudantes em direitos humanos para que compreendam bem seus direitos e suas responsabilidades com o projeto do qual fazem parte. Essa formação trará ao grupo uma melhor percepção das questões conflituosas que permeiam o universo escolar, especialmente as humilhações, bullying, autoritarismo, limites de permissividade, desrespeito...nenhuma dessas práticas são ações educativas e por isso devem ser combatidas e toda ação educativa deve considerar a formação integral dos estudantes. Assim, deve-se pensar em boas práticas de conscientização dos estudantes para que se engajem nos processos formativos, sem se desviarem do caminho que os leve ao desenvolvimento pessoal.

Construir essa mentalidade pautada em direitos humanos é muito necessário no âmbito escolar e deve ser uma prática diária e constante, não ficando apenas na teoria, em palestras e cursos. É no cotidiano que se percebe o quanto uma gestão escolar prioriza essa temática, através da percepção de como as relações humanas se estabelecem: se são respeitosas ou não, se as pessoas se sentem seguras e confortáveis no ambiente ou não; se há confiança e credibilidade mútua ou não.

5 - O que é o Grêmio Estudantil

De acordo com o Instituto Sou da Paz, o grêmio é a organização que representa os interesses dos estudantes na escola. Ele permite que os alunos discutam, criam e fortaleçam inúmeras possibilidades de ação, tanto no próprio ambiente escolar quanto na comunidade. É também um importante espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e de luta por direitos.

Um dos principais objetivos do grêmio é contribuir para aumentar a participação dos alunos nas atividades da sua escola, tornando-se um importante pilar na estrutura educacional que deve ser mantido, cuidado e fortalecido por todos. O grêmio é a voz dos estudantes e deve ser consultado, ouvido, ter participação ativa e grande peso nas decisões e sempre refletindo e buscando soluções para os problemas. A institucionalização do grêmio e o fortalecimento de um grêmio atuante desenvolve senso crítico, protagonismo e autonomia. As responsabilidades e o compromisso com o desenvolvimento e com a aprendizagem tornam-se de todos e quanto mais os jovens se envolvem nesse processo, mas eles aprendem.

Os estudantes tornam-se aptos ao questionamento, à problematização, à tomada de decisões, buscando soluções individuais e para a comunidade onde se vivem. Quando todos participam, o envolvimento e o comprometimento de todos, se amplia. Descobrem que têm uma causa em comum, comprometem-se com a vida dos educandos e com o futuro da escola. Assumem responsabilidades com as mudanças e com a melhoria do desempenho de todos.

6 - Organização do grêmio

A instituição de um grêmio estudantil mobiliza toda a escola. Os estudantes se organizam por chapas e expõem suas propostas de atuação e de participação junto a outros órgãos a fim de representar os interesses da maioria dos estudantes, que escolherão democraticamente, uma chapa. O processo é acompanhado e orientado por professores, coordenadores e gestores. Cada membro do grêmio ocupa uma função e assume responsabilidades individuais e coletivas. Todas as decisões são tomadas de forma democrática, a partir de reuniões e de discussões em que cada um se manifesta, trazendo para a pauta, principalmente, os interesses dos estudantes, mas também devem considerar aspectos importantes que podem impedir a realização do projeto idealizado como: as limitações de atuações, os recursos disponíveis, o tempo para realização das tarefas, a melhor abordagem, a melhor estratégia, entre outros aspectos relevantes que podem surgir a partir da problemática discutida.

É importante que a escola insira o grêmio em todos os eventos, garantindo sua participação com direito a fala e com grande peso na tomada de decisões. Essa prática reforça o senso de responsabilidade dos estudantes, que têm a oportunidade de vivenciar práticas democráticas, com reflexão, participação política, compreendendo seus direitos e deveres e buscando caminhos para transformar a escola em um espaço que contempla os interesses da maioria dos estudantes.

A participação juvenil e o crescimento e amadurecimento do grêmio estudantil dependerá do nível de relacionamento entre o

grêmio e outras instancias representativas da escola. Há escolas que promovem, incentivam, orientam, dão espaço para a atuação dos estudantes e há escolas onde isso não acontece, pois ainda existe um poder atuante nas escolas. Retomando Foucault (2007) que discute as relações de poder. Assim, "existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso sobre o saber. Poder esse que não se encontra somente nas instâncias superiores de censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade" (p. 71).

Assim, para que o grêmio seja instituído, atuante e participativo é necessário que a plena democracia seja percebida na escola em todos os segmentos representativos. O educador Paulo Freire (1996, p. 26) que nos diz que o "educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão". Diz ainda, que para se aprender criticamente, exige-se a "presença de educadores e educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes" (Ibid, p. 26). Só assim é possível formar sujeitos conscientes, autônomos, que saibam ler as palavras, mas, sobretudo, o mundo ao seu redor.

Um grêmio forte é aquele que assume responsabilidades com as mudanças, compromete-se com as causas importantes para os estudantes, com a melhoria do desenvolvimento e aprendizagem de todos e, principalmente, com o futuro da escola.

7 - Atuação do grêmio

O grêmio, como órgão colegiado têm sua participação garantida em todos os processos de discussão e tomada de decisão coletiva na instituição escolar. Pode e deve desenvolver projetos que contribuam com melhoria de aprendizagem, direcionados a melhoria da convivência, pautada pelo respeito às diferenças, direcionados a conquista e fortalecimento de espaços para a convivência e para a expressão individual e coletiva, a fim de entender a escola, sua identidade e seus integrantes, saber o que querem para melhor representá-los "A atuação do grêmio está ligada ao exercício de poder de representar os estudantes. Juntamente a essa participação advêm as consequências desse exercício participativo (...) O que fica explícito é que a relação estabelecida entre o grêmio e os estudantes é perpassada por questões particulares referentes a atuação e ao reconhecimento dessa atuação." Martins e Dayrell (2013).

Assim, o grêmio ganha "poder", mas também se torna responsável por suas ações e decisões.

As instâncias de participação do grêmio na escola são amplas e um grêmio atuante pode contribuir em muitos aspectos para que a instituição se fortaleça em sua missão. Por isso é necessário incentivar a criação do colegiado, a fim de que o aluno aprenda a reivindicar seus direitos, a ler criticamente o mundo, a cumprir seus deveres, ter ciência dos seus direitos e de suas responsabilidades e aprenda a exercer sua cidadania de forma democrática. O grêmio deve participar no PPP (projeto político pedagógico) da escola e pode também promover campeonatos, excursões, bailes, organizar debates, produzir conteúdos para o jornal, dentre outros.

Um grêmio não se fortalece sozinho. É necessário um espaço permanente de formação e de orientação para que aprendam a se comunicar de forma não violenta e acolham os estudantes e suas demandas, tornando o grêmio um espaço de convivência democrática onde todos os apontamentos são importantes e devem constar nas pautas de reuniões.

Desse modo, torna-se importante a criação de uma rede de proteção, amparo e acolhimento, formada por toda a comunidade escolar – professores, gestores, funcionários e famílias – a fim de que os jovens sintam-se seguros para se expressarem e se posicionarem criticamente bem como para que neles seja despertado o interesse por aprendizagem criativa e colaborativa para que entendam a importância da escuta ativa de todos e que considerem a pluralidade e as diferenças como um campo fértil para assegurar os direitos e a representatividade de todos os estudantes.

A educação é um processo longo e complexo, que não se limita ao espaço da sala de aula, nem tampouco à relação entre os professores e os alunos. Podemos dizer que todo e qualquer sujeito envolvido na rotina escolar está comprometido com o fazer educativo e compõe com os demais uma grande rede de relações, na qual a ação educativa acontece.

Considerações:

A vivência escolar é uma experiência desafiadora para crianças e jovens. É o espaço onde eles veem a si mesmo e aos outros, se percebem, se reconhecem., aprendem a ser, a conviver e a fazer. Lá eles se constroem, reproduzem sua visão de mundo e reafirmam ou reveem seus valores e crenças.

Esses sujeitos de direito querem abrir caminhos novos que permitam articular seus interesses e partilhar deveres e direitos para tornarem-se adultos produtivos e responsáveis consigo e com o mundo.

A escola, como um espaço de convivência, de aprendizagem e de formação integral dos estudantes, deve promover uma educação baseada em direitos humanos e

promoção dos valores democráticos, formando para uma vida cidadã e para a transformação social.

A instituição de um grêmio estudantil fortalece a experiência de vida escolar, pois coloca esse sujeito em uma posição ativa, de protagonismo. Ele torna-se também responsável por seu desenvolvimento, por sua formação e por sua colaboração com a aprendizagem e desenvolvimento dos demais estudantes.

Para além disso, um grêmio responsável, atuante torna o ambiente mais leve, traz energia e vigor para todos os participantes da rotina da unidade escolar. Atividades e discussões que poderiam ser maçantes tornam-se interessantes quando são dirigidas pelo grêmio, pois muitos estudantes sentem-se confortáveis para se posicionar e dizer o que pensa, certos de que serão ouvidos e respeitados, tomam a escola para si, sentem-se pertencentes a ela, querem fazer história e deixar sua marca, sua contribuição para que a instituição melhore e se fortaleça em seus propósitos, em sua missão.

Conscientizar e fortalecer a juventude torna-se cada vez mais essencial para que os jovens consigam entender o mundo em toda a sua complexidade e aprendam a conviver com a diversidade, a respeitar as diferenças, a exercer e defender seus direitos pautados nos valores democráticos e nos direitos humanos.

Para que isso aconteça é necessário que a escola tenha uma gestão democrática, aberta a inovações, a sugestões e a projetos que envolva e mobilize toda a comunidade escolar. Funcionários ocupam um posto de trabalho, mas dentro do espaço escolar eles devem ter consciência também do seu papel social.

"O lugar social que esses profissionais ocupam na Unidade Educacional, a forma como são tratados pelos demais adultos, o valor atribuído ao seu trabalho, o atendimento de suas necessidades, o costume e as práticas cotidianas que definem sua participação na comunidade escolar diz algo aos alunos sobre o relacionamento entre as pessoas, sobre igualdade e desigualdade, sobre respeito e reconhecimento da dignidade humana.

A implantação de um grêmio coloca os estudantes em uma vivência real de democracia, porém não basta ter um grêmio instituído. É necessário que esse grêmio se fortaleça a partir do engajamento e do apoio de todos da unidade escolar.

Bibliografia

ANTUNES, A. (2002): "Aceita um conselho? – Como organizar o Colegiado Escolar", in: Guia da Escola Cidadã, vol. 8. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire. BRASIL (2001)

Plano Nacional de Educação. Lei n.º 10.127, de 09/01/2001.

Brasília: MEC. — (1988): Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico. — (1996):

Brasília: MEC - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

CORTELLA, M. S. (2005): Não espere o Epitáfio – provocações filosóficas. Petrópolis, RJ: Vozes.

LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

Lei Estadual nº 15.667, de 12 de janeiro de 2015, e do Plano Municipal de Educação

MARTINS, Francisco André. DAYRELL Juarez Tarcísio. Juventude e Participação: o grêmio estudantil como espaço educativo. Educação &

Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1267-1282, out./dez. 2013

Projeto Respeitar é Preciso - São Paulo julho de 2019 - 3ª EDIÇÃO

VEIGA, Ilma P. A. Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática Novos marcos para a educação de qualidade. Revista Retratos da Escola, Brasília, v.

3, n. 4, p. 163-171, jan./jun. 2009.